



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, competência em matéria cível.

Juiz Federal Titular: Dr. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 21 a 25 de novembro de 2016, a correição ordinária eletrônica da 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para o elevado número de processos listados nos itens respectivos deste relatório.
2. Observar o prazo de intimação de despachos, decisões e sentenças, previsto no art. 181 da CNCR, tendo em vista o excessivo intervalo verificado na planilha Apolo-Excel “Intimados”;
3. Verificar os processos suspensos, nos quais não tenha sido localizada a ordem judicial respectiva, ou ainda, cujo motivo para suspensão já tenha cessado ou tenha sido cadastrado equivocadamente.
4. Dar o devido andamento aos processos conclusos com prazo vencido, bem como aos processos parados analisados no relatório de correição;
5. Regularizar as petições pendentes de juntada indicadas no relatório de correição;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6. Regularizar a situação dos documentos antigos, armazenados nos locais virtuais de controle de prazo judiciais, indicados no relatório de correição;
7. Verificar a situação dos 207 processos remetidos aos órgãos externos com prazo vencido e não devolvidos, caso tenham sido devolvidos, registrar a devolução no sistema Apolo;
8. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, ou que não apresentem classificação no “corpo da sentença” (sem classificação na peça) ou classificação diversa da registrada no sistema Apolo, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo ‘tipo’, no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão;
9. Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (268) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;
10. Buscar reduzir ao mínimo o tempo médio entre o início da execução e a expedição do Precatório/RPV;
11. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens constritos/penhorados, preenchendo as informações necessárias;

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 14.483/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 17/10/2016, e Portaria n.º 1.337, de 17/10/2016, a Procuradora da República Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr. ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO, em exercício desde 12/04/199.

. Substituto: Não há.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 15

Total de Servidores lotados na Vara: 14

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 08

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 02

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Setembro/2014	Novembro/2016
Total	3.881	3.944
Suspensos	599	666
Ag. julgamento recurso	370	453
Tramitação ajustada	2.912	2.825

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em setembro/2014 e Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao meses de 11/2015 e 10/2016, extraído em 14/11/2016.

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Período	01/11/2015 a 31/10/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	4.551	71,99	52
Decisão	945	14,95	42
Sentença	826	13,07	452
Total Geral	6.322	100,00	103

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 14/11/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

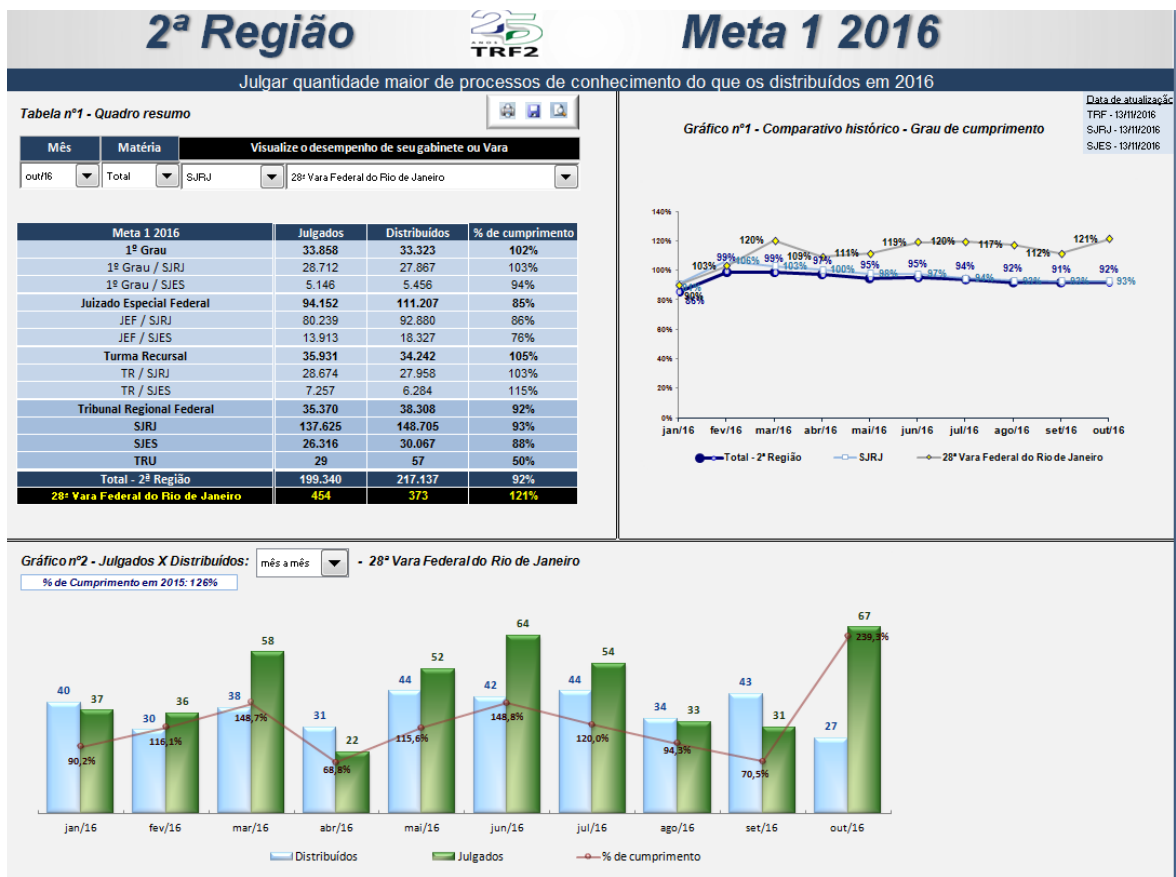
➔ **METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**
(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

META 1/2016 - Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

1 - Matéria não criminal.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a outubro de 2016, foram distribuídos para o órgão correicionado 373 processos e foram julgados 454 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 121%.



(quadro resumo atualizado até 13/11/2016)



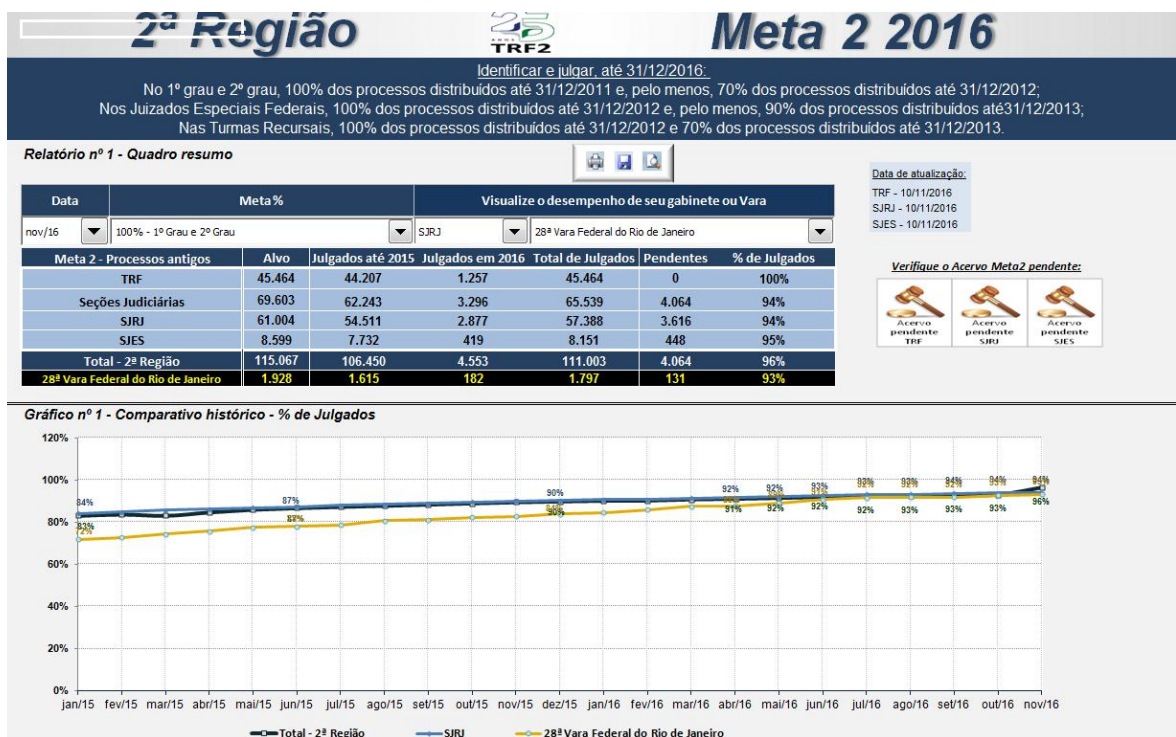
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

META 2/2016 - Julgar processos mais antigos.

Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a novembro de 2016, o órgão correccionado cumpriu 93% da meta, havendo 131 processos pendentes.



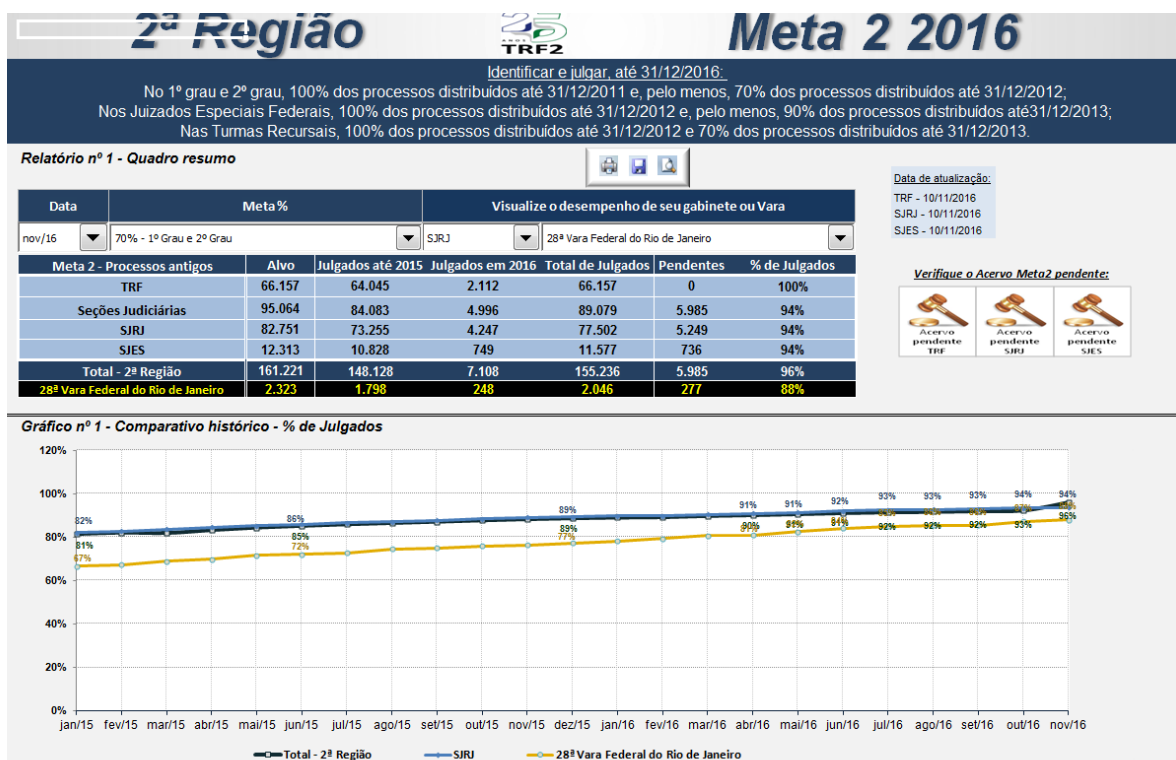
(quadro resumo atualizado até 10 de novembro de 2016)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a novembro de 2016, o órgão correccionado cumpriu 88% da meta, havendo 277 processos pendentes.



(quadro resumo atualizado até 10 de novembro de 2016)

Em novembro de 2016, o quadro resumo indicava haver 277 processos pendentes, 95 processos com a última movimentação há menos de 100 dias e 182 processos com a última movimentação há mais de 100 dias:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ano	2016	
Mês	Novembro	
Vara	28ª Vara Federal do Rio de Janeiro	

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação		
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	Total geral
2000	0	1	1
2004	1	0	1
2006	2	0	2
2007	3	1	4
2008	6	2	8
2009	5	3	8
2010	16	20	36
2011	24	47	71
2012	38	108	146
Total geral	95	182	277

(processos listados no anexo 1)

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

➔ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 95 processos**

00244344520044025101 – Trata-se de ação civil pública de improbidade administrativa autuada em 14/12/2004. Determinada a notificação dos réus em 28/01/2005, 24/05/2005, 29/09/2005 e 01/11/2006. Determinada a notificação por edital em 14/03/2007 e 24/01/2008. Determinada nova notificação em 14/07/2009. Inicial recebida e determinada a citação dos réus em 17/11/2009. Nova citação determinada em 05/04/2010, 10/02/2011, 25/05/2011, 12/12/2011 e 15/08/2012. Decretada a revelia da ré e nomeado curador em 01/10/2012. Curador substituído em 30/10/2012. Vista para manifestação em provas em 18/02/2013. Deferida a prova oral e documental em 26/08/2013. Decisão em 15/06/2015, indeferindo a habilitação dos sucessores da ré e determinando a intimação do representante do espólio. Determinada a reiteração da intimação em 16/05/2016, 25/08/2016, 16/09/2016 e 11/11/2016. Último movimento foi movimentação cartorária, tipo aguardando devolução de mandado em 23/11/2016.

00212212620074025101 – Trata-se de embargos à execução autuados em 07/08/2007. Decisão em 10/08/2007 recebendo os embargos e determinando a intimação para impugnação. Determinada a remessa à contadoria em 11/02/2008. Às partes para apresentação de documentação em 21/07/2008, 27/11/2008, 13/05/2009 e 08/11/2010. Nova remessa à contadoria determinada em 25/08/2011. Determinada a suspensão do feito em 19/07/2012, até a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

habilitação do espólio. Determinado o retorno dos autos à contadoria em 14/01/2013. Determinada a apresentação de documentos novamente em 14/03/2013 e 09/01/2014. Determinado o retorno dos autos à contadoria em 25/09/2014. Determinada nova apresentação de documentos em 03/12/2014 e 26/08/2015. Retorno dos autos à contadoria determinado em 27/01/2016. Vista às partes acerca dos cálculos da contadoria em 06/04/2016. Determinada nova remessa dos autos à contadoria em 21/07/2016. Vista às partes acerca dos cálculos da contadoria em 20/10/2016. Último movimento foi carga para a PRF em 28/11/2016.

00090088020104025101 - Trata-se de embargos à execução autuados em 01/06/2010. Decisão em 28/09/2010 recebendo os embargos e determinando a intimação para impugnação. Determinada a remessa à contadoria em 02/02/2011. Vista às partes acerca dos cálculos da contadoria em 30/06/2011. Sentença convertida em diligência em 14/11/2012, determinando a suspensão do feito até a habilitação do espólio. Reativação da suspensão em 05/07/2016. Concluso para sentença desde 16/11/2016, com minuta no Apolo.

00175851320114025101 – Trata-se de ação ordinária, autuada em 28/10/2011. Decisão em 04/11/2011, deferindo em parte a antecipação dos efeitos da tutela e determinando a citação. Vista para manifestação em provas na data de 30/07/2012. Deferida a prova pericial em 21/01/2013. Nomeado novo perito em 24/10/2013. Deferida vista às partes, acerca do laudo pericial, em 24/07/2015. Determinada a intimação do perito para esclarecimentos em 22/10/2015 e 22/11/2016.

00432517920124025101 – Trata-se de ação ordinária autuada em 29/08/2012. Decisão em 19/09/2012, deferindo o depósito para suspensão do crédito tributário e determinando a citação. Vista para manifestação em provas na data de 24/07/2013. Deferida a prova pericial em 09/01/2014. Deferida vista às partes, acerca do laudo pericial, em 16/09/2016. **Concluso para despacho desde 24/10/2016, com minuta no Apolo.**

00468988220124025101 - Trata-se de embargos à execução autuados em 05/11/2012. Decisão em 21/05/2013 recebendo os embargos e determinando a intimação para impugnação. Determinada a remessa à contadoria em 09/09/2013. Vista às partes acerca dos cálculos da contadoria em 19/03/2014. Determinada nova remessa dos autos à contadoria em 13/10/2015. Vista às partes acerca dos cálculos da contadoria em 08/06/2016. **Concluso para despacho desde 28/10/2016, com minuta no Apolo.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **Sem movimentação há mais de 100 dias: 182 processos**

00111999820104025101 – Trata-se de ação ordinária autuada em 22/07/2010. Determinada a citação em 16/12/2010. Vista para manifestação em provas na data de 26/09/2011. Deferida a prova pericial em 27/02/2012. Deferida vista às partes, acerca do laudo pericial, em 09/09/2013. Determinada a intimação do perito para esclarecimentos em 21/01/2014. Recebido o agravo retido interposto em 09/12/2014. **Concluso para sentença desde 08/05/2015.**

00475032820124025101 - Trata-se de embargos à execução autuados em 16/11/2012. Decisão em 08/03/2013 recebendo os embargos e determinando a intimação para impugnação. **Concluso para sentença desde 03/10/2013.**

00056885120124025101 - Trata-se de ação ordinária autuada em 30/04/2012. Determinada a citação em 29/05/2013. Vista para manifestação em provas na data de 30/01/2014. Deferida a produção de prova documental superveniente em 02/05/2014. **Concluso para sentença desde 09/12/2014.**

00050017420124025101 – Trata-se de embargos à ação monitória, autuada em 18/04/2012. Determinada a citação em 07/05/2012. Decisão em 22/07/2013 recebendo os embargos e determinando a intimação para impugnação. Vista para manifestação em provas na data de 13/11/2013. Deferida a produção de prova documental superveniente em 08/05/2014. **Concluso para sentença desde 07/08/2014.**

00080124820114025101 - Trata-se de embargos à execução autuados em 06/06/2011. Decisão em 09/01/2012 recebendo os embargos e determinando a intimação para impugnação. **Concluso para sentença desde 04/02/2013.**

META 3/2016 - Aumentar os casos solucionados por conciliação.

Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

Não se aplica.

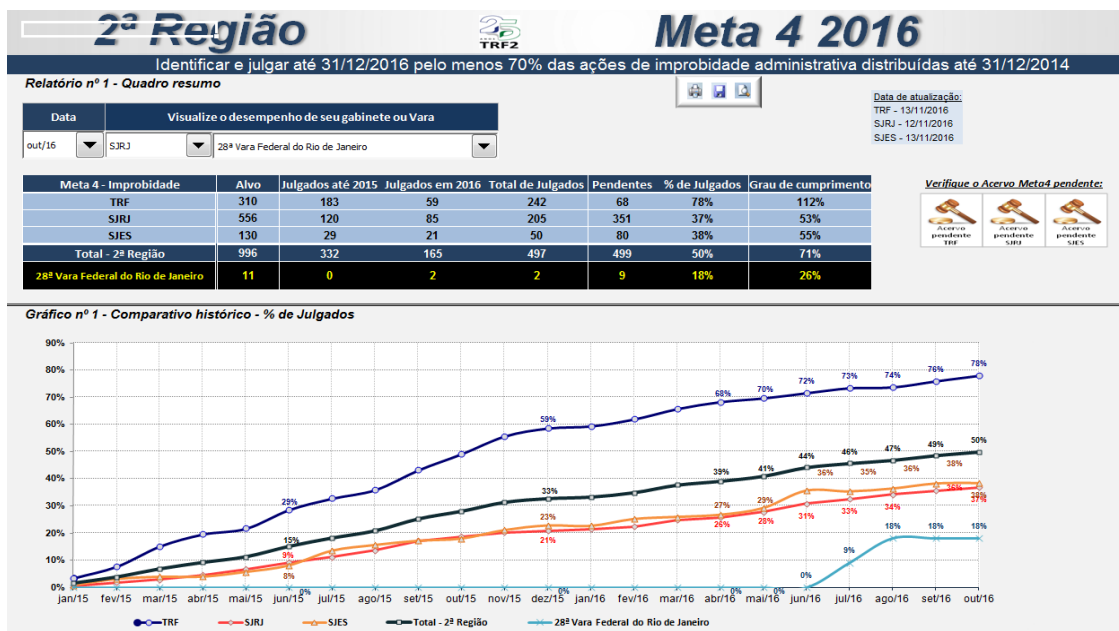
META 4/2016 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

Identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, até 31 de dezembro de 2014, foram distribuídos para o órgão correicionado 11 processos e, entre janeiro de 2015 e outubro de 2016, foram julgados 02 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 26%.



(quadro resumo atualizado até 12/11/2016)

Em outubro de 2016, o quadro resumo indicava haver 09 processos pendentes, todos com a última movimentação há menos de 100 dias:

➔ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 09 processos**

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00244344520044025101 – Vide Meta 02.

00187162820084025101 - Ação civil pública autuada em 01/10/2008. Determinada a notificação da parte ré em 05/11/2008 e 15/07/2009. Homologada extinção do processo em relação ao um dos réus em 09/07/2010. Nova notificação determinada em 13/04/2011 e 17/08/2011. Recebida a inicial e determinada a citação em 28/03/2012. Homologada extinção do processo em relação a outro dos réus em 19/04/2013. Determinada nova citação em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

04/09/2014, 26/10/2015 e 29/03/2016. Decretado o segredo de justiça em 20/07/2016. Determinada nova citação, bem como a manifestação do MPF sobre a decisão proferida nos autos do RE nº 852.475 RG/SP, em 20/10/2016. Aguardando geração de boletim desde 17/11/2016.

00080970520094025101 - Ação civil pública autuada em 14/04/2009. Determinada a notificação dos réus em 22/04/2009. Decretado o segredo de justiça em 13/07/2009. Nova notificação determinada em 30/07/2009. Recebida a inicial e determinada a citação dos réus em 21/10/2009. Determinada a manifestação em provas em 20/10/2010. Decisão em 06/07/2011, determinando a emenda da inicial. Decisão em 14/12/2011, julgando extinto o processo em relação a um dos réus e abrindo novamente o prazo de provas. Determinado ao MP a apresentação dos conteúdos das interceptações telefônicas realizadas nos despacho de 08/06/2012, 12/09/2012. Deferida a prova oral requerida pelo MPF, em audiência realizada em 18/05/2016. Concluso para sentença desde 03/10/2016, com minuta no Apolo.

00052770820124025101 - Ação civil pública autuada em 20/04/2012. Decisão em 30/04/2012, deferindo parcialmente a liminar e determinando a notificação da parte ré. Nova notificação determinada em 16/11/2012, 16/05/2013 e 30/08/2013. Recebida a inicial e determinada a citação em 16/04/2015. Decretada a revelia de um dos réus em 04/03/2016. Último despacho em 18/10/2016, determinando a regularização da representação processual. Disponível para carga desde 07/11/2016.

00225826820134025101 – Ação civil pública de improbidade autuada em 15/08/2013. Decisão em 23/08/2013 deferindo a antecipação dos efeitos da tutela e determinando a notificação dos réus. Nova notificação determinada em 08/05/2014. Recebida a inicial e determinada a citação em 12/01/2015. Determinada a inclusão do IBGE no polo ativo da demanda em 09/12/2015. Decisão em 14/07/2016, determinando o depósito do valor da venda do imóvel em conta a disposição do juízo. Decisão em 18/10/2016, negando provimento aos embargos de declaração. Último movimento foi remessa para a CEF em 09/11/2016.

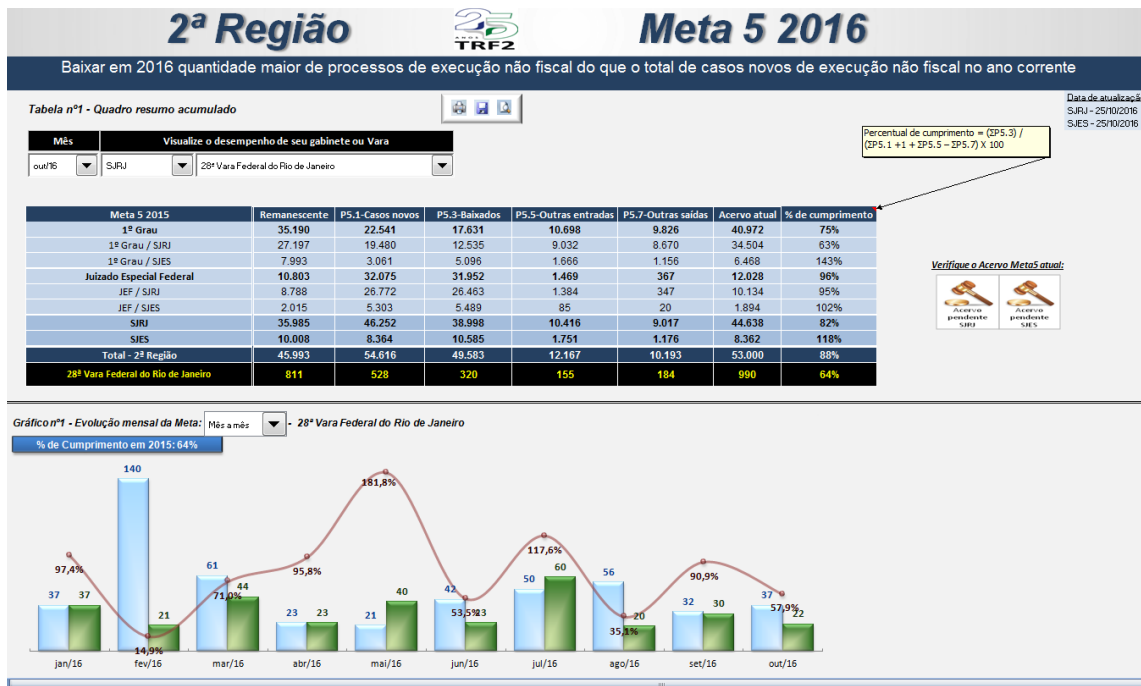
META 5/2016 - Impulsionar processos à execução.

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não-fiscal do que o total de casos novos de execução não-fiscal no ano corrente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a outubro de 2016, o órgão correicionado cumpriu 64% da meta.



(quadro resumo atualizado até 25 de outubro de 2016)

Em junho de 2016, o quadro resumo indicava haver 990 processos no acervo:

Ano	2016
Mês	Outubro
Vara	28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Acervo pendente SJRJ	
Contar de Processo CNJ	
Juízo	Total
1º Grau	990
Juizado	0
Total geral	990

(processos listados no Anexo 2)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados eletronicamente, por amostragem, os seguintes processos:

00142635820064025101 – Ciência às partes do retorno dos autos da instância superior em 03/11/2015. Determinada a intimação da parte ré, nos termos do art. 523 do CPC, em 25/01/2016. Deferida a penhora *on line* em 12/09/2016. Concluso para despacho desde 26/10/2016, com minuta no sistema Apolo.

00000773020064025101 - Determinada a intimação da parte ré, nos termos do art. 475-J do CPC em 07/12/2011, e novamente em 08/03/2013. Deferido o requerimento de penhora *on line* em 06/02/2014. Deferida a consulta no sistema RENAJUD em 01/10/2014. Deferida a penhora do veículo em 06/02/2015. Decisão em 12/01/2016, deferindo a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade ré e determinando a citação. Despacho de 27/10/2016, determinando a remessa dos autos para a Vara Federal de Macaé. Último movimento foi remessa interna para o setor de distribuição de Macaé, em 22/11/2016.

00247693020054025101 – Ciência às partes do retorno dos autos da instância superior em 07/07/2014. Determinada a intimação da parte ré, nos termos do art. 475-J do CPC, em 19/12/2014. Determinada a remessa dos cálculos para a contadoria em 11/03/2016. Vista às partes acerca dos cálculos da contadoria em 24/06/2016. **Concluso para decisão desde 30/09/2016.**

00196741920054025101 - Ciência às partes do retorno dos autos da instância superior em 05/05/2015. Determinada a intimação da parte ré para cumprir a obrigação de fazer, nos termos do art. 644 do CPC, em 05/06/2015. Determinada a intimação da parte ré, nos termos do art. 523 do CPC, em 19/01/2016. Determinada a expedição de alvará de levantamento em 17/10/2016. Último movimento foi movimentação cartorária tipo aguardando interessado retirar alvará, em 25/11/2016.

02162843819004025101 - Ciência às partes do retorno dos autos da instância superior em 20/02/2008. Determinada a intimação da parte ré, nos termos do art. 730 do CPC, em 03/06/2008. Decisão em 15/07/2009, determinando a expedição de ofícios requisitórios de pagamento. Determinado aguardar o julgamento do agravo, em 05/02/2010. Ciência às partes do julgamento do agravo em 01/06/2016. **Concluso para despacho desde 27/10/2016, com minuta no Apolo.**

01077018920164025101 – Trata-se de execução de sentença contra fazenda pública autuada em 09/08/2016. Decisão em 19/09/2016, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do NCPC, em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

relação a algumas exequentes. Conclusão para despacho em 24/11/2016, remetido para publicação em 25/11/2016, aguardando geração de boletim.

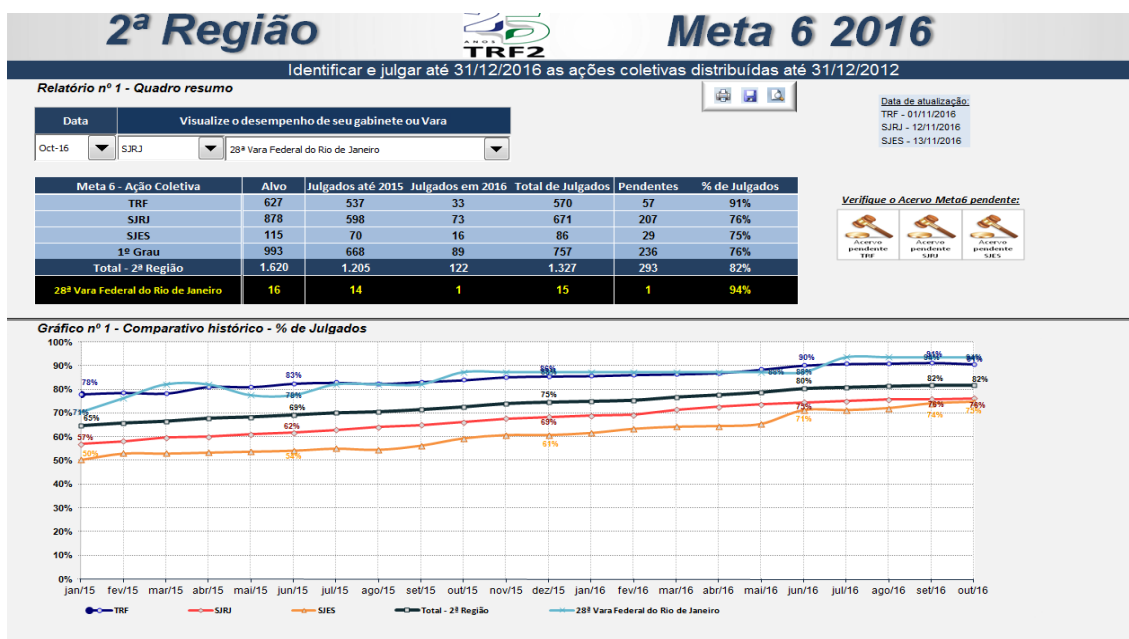
00896108220154025101 - Trata-se de execução por título extrajudicial. Despacho em 27/10/2015, determinando a citação nos termos do art. 652 do CPC. Nova citação determinada em 10/10/2016. Último movimento foi movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado, em 04/11/2016.

00057047320104025101 - Determinada a intimação da parte ré, nos termos do art. 475-J do CPC em 23/10/2015. Determinada a expedição de alvará de levantamento em 17/06/2016. Último movimento foi movimentação cartorária tipo processamento, em 22/11/2016.

META 6/2016 - Priorizar o julgamento das ações coletivas.

Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, até 31 de dezembro de 2012, foram distribuídos para o órgão correicionado 16 processos e, entre janeiro de 2015 e outubro de 2016, foram julgados 15 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 94%.



(quadro resumo atualizado até 12/11/2016)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Em novembro de 2016, o quadro resumo indicava haver 01 processo pendente de julgamento, com a última movimentação há menos de 100 dias:

Ano	2016	
Mês	Outubro	
Vara	28ª Vara Federal do Rio de Janeiro	

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação		
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	Total geral
2012	1	0	1
Total geral	1	0	1

Foi analisado, **eletronicamente**, o seguinte processo:

00069815620124025101 - Ação popular autuada em 21/05/2012. Decisão em 26/09/2012, deferindo o pedido de antecipação de tutela. Determinada a citação em 10/10/2012 e 10/03/2014. Indeferido o pedido de prova pericial em 01/06/2015. Sentença convertida em diligência em 07/01/2016. Último despacho em 10/10/2016, determinando a expedição de ofício à CEF. Conforme andamento no sistema Apolo, o ofício foi devolvido para a vara em 21/11/2016 e juntado na mesma data.

META 7/2016 – Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Baixar/julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

META 8/2016 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

Fonte: mapas extraídos do portal de estatísticas da Segunda Região.

→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:

MATÉRIA CÍVEL

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJP, e art. 218 da CNCR)

Analizando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:

. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 1007):

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 00

Foi analisado, eletronicamente:

0010426-97.2003.4.02.5101 – Ação de improbidade autuada em 05/05/2003. Determinada a citação em 23/05/2003, 03/11/2003 e 30/08/2004. Revelia decretada e nomeada curadora em 29/09/2006. Nova citação determinada em 16/02/2008 e citação por edital determinada em 13/08/2008. Revelia decretada e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

nomeada curadora novamente em 21/11/2008. Para especificar provas em 26/05/2009 Sentença convertida em diligência em 01/07/2010, determinando a suspensão do feito até o julgamento definitivo do REsp 1331604.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/11/2016, posição até 22/11/2016.

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Classe 2002:

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 00

Foi analisado, eletronicamente:

0002304-85.2009.4.02.5101 – Mandado de segurança coletivo autuado em 19/01/2009. Decisão em 23/03/2009, indeferindo o pedido liminar. Sentença em 06/11/2009, julgando improcedente o pedido. Determinado, em 24/01/2012, aguardar-se o julgamento do recurso de interposto.

Classe 2007:

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 00

Foi analisado, eletronicamente:

0016148-44.2005.4.02.5101 - Mandado de segurança coletivo autuado em 12/08/2005. Decisão em 17/08/2005, indeferindo o pedido liminar. Sentença em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13/07/2006, julgando improcedente o pedido. Determinado, em 01/06/2016, aguardar-se o julgamento do recurso de interposto.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/11/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 22/11/2016.**

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Classe 6002:

Total: 09

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 09

Dos quais foram analisados, por amostragem, eletronicamente, os seguintes processos:

0006981-56.2012.4.02.5101 – Ação popular autuada em 21/05/2012. Decisão em 26/09/2012, deferindo o pedido de antecipação de tutela. Determinada a citação em 10/10/2012 e 10/03/2014. Indeferido o pedido de prova pericial em 01/06/2015. Sentença convertida em diligência em 07/01/2016. Último despacho em 10/10/2016, determinando a expedição de ofício à CEF. Conforme andamento no sistema Apolo, o ofício foi devolvido para a vara em 21/11/2016 e juntado na mesma data.

0020637-46.2013.4.02.5101 - Ação popular autuada em 24/06/2013. Determinada a citação em 14/01/2014. Indeferido o pedido de antecipação de tutela em 12/09/2014. Decisão em 01/03/2016, homologando o pedido parcial de desistência. Último despacho em 05/07/2016, determinando a manifestação em provas, publicado em 13/10/2016. Encontra-se disponível para carga.

0023987-42.2013.4.02.5101 - Ação popular autuada em 23/09/2013. Determinada a citação em 29/01/2014. Indeferido o pedido de antecipação da tutela em 15/08/2014. Determinada a manifestação em provas na data de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

12/01/2015. Realizada audiência para produção de prova testemunhal em 06/04/2016. Designada nova audiência para 08/02/2017.

0042320-76.2012.4.02.5101 - Ação popular autuada em 16/08/2012. Conforme certidão de 16/08/2012, o processo foi declinado de competência. Deferido prazo para alegações finais em 05/03/2013. Determinada a inclusão da União como assistente em 01/10/2014. Sentença em 23/03/2015, julgando procedente o pedido e deferindo a antecipação da tutela. Autos encaminhados ao TRF2 para processar e julgar recurso em 04/04/2016.

0048607-27.1990.4.02.5101 - Ação popular autuada em 08/11/1990. Sentença em 21/01/1997, julgando extinto o processo, nos termos do art. 267, XI do CPC. Autos remetidos para ao TRF2 para processar e julgar recurso em 15/04/1998. Vista às parte acerca do retorno dos autos em 02/07/2015. Deferida a prova pericial em 04/03/2016. Último despacho em 05/10/2016, abrindo vista às partes acerca da proposta de honorários.

0102077-30.2014.4.02.5101 - Ação popular autuada em 18/03/2014. Determinada a citação em 26/03/2014. Decretada a revelia de uma das rés, em 13/06/2014. Sentença em 24/08/2016, julgando procedente o pedido. Último movimento foi devolução de remessa em 03/10/2016, **parado desde então.**

0102491-28.2014.4.02.5101 – Decisão em 14/04/2014, declinando a competência para a 5ª VF/RJ. Suscitado conflito negativo de competência em 20/05/2014. Determinada a citação em 24/06/2015. Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela em 08/09/2015. Último despacho em 08/11/2016, abrindo vista à parte ré e ao MPF, acerca do pedido de desistência. Último movimento foi juntada em 21/11/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/11/2016, e consultas ao Apolo, posição até 22/11/2016.
--

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Classe 6006:

Total: 15

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Dos quais foram analisados, por amostragem, eletronicamente, os seguintes processos:

0004734-34.2014.4.02.5101 – Ação civil pública autuada em 07/04/2014. Determinada a notificação da parte ré em 10/04/2014. Nomeado curador especial para o réu em 15/09/2014. Recebida a inicial e determinada a citação em 20/10/2014. Sentença em 11/01/2016, julgando procedente o pedido. Remetidos para o TRF2 para processar e julgar recurso em 04/11/2016.

0005277-08.2012.4.02.5101 - Ação civil pública autuada em 20/04/2012. Decisão em 30/04/2012, deferindo parcialmente a liminar e determinando a notificação da parte ré. Nova notificação determinada em 16/11/2012, 16/05/2013 e 30/08/2013. Recebida a inicial e determinada a citação em 16/04/2015. Decretada a revelia de um dos réus em 04/03/2016. Último despacho em 18/10/2016, determinando a regularização da representação processual. Disponível para carga desde 07/11/2016.

0007582-62.2012.4.02.5101 - Ação civil pública autuada em 05/06/2012. Indeferida a liminar e determinada a notificação da parte ré em 04/07/2012. Nova notificação determinada em 17/09/2012 e 21/02/2013. Recebida a inicial e determinada a citação em 06/03/2014. Decretada a revelia de um dos réus em 12/12/2014. Sentença em 12/05/2015, julgando parcialmente procedente o pedido. Último movimento foi devolução da remessa em 10/11/2016.

0008097-05.2009.4.02.5101 - Ação civil pública autuada em 14/04/2009. Determinada a notificação dos réus em 22/04/2009. Decretado o segredo de justiça em 13/07/2009. Nova notificação determinada em 30/07/2009. Recebida a inicial e determinada a citação dos réus em 21/10/2009. Determinada a manifestação em provas em 20/10/2010. Decisão em 06/07/2011, determinando a emenda da inicial. Decisão em 14/12/2011, julgando extinto o processo em relação a um dos réus e abrindo novamente o prazo de provas. Determinado ao MP a apresentação dos conteúdos das interceptações telefônicas realizadas nos despacho de 08/06/2012, 12/09/2012. Deferida a prova oral requerida pelo MPF, em audiência realizada em 18/05/2016. Concluso para sentença desde 03/10/2016, com minuta no Apolo.

0015745-75.2005.4.02.5101 - Ação civil pública autuada em 05/08/2005. Determinada a notificação da parte ré em 03/10/2005 e 15/05/2006. Decisão em 02/10/2006, recebendo a inicial e determinando a citação da parte ré. Deferida vista para manifestação sobre provas em 11/09/2009. Designada audiência para produção de prova oral para 31/08/2010 e, posteriormente, para 30/09/2010. Nomeada advogada dativa em 26/09/2011, substituída em 22/11/2011,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

09/03/2012 e 10/05/2012. Sentença em 01/03/2013, julgando procedente o pedido. Remetido para o TRF2 para processar e julgar recurso em 09/09/2013. Deferido o requerimento de execução do julgado em 23/10/2015. Último despacho em 14/11/2016, determinando a intimação do Superintendente Regional de Trabalho e Emprego no RJ, para que atenda o contido no Ofício nº OFI.0028.000187-4/2016/CART de 22/06/2016 deste Juízo, sob pena de responsabilização penal por crime de desobediência e improbidade administrativa.

0018716-28.2008.4.02.5101 - Ação civil pública autuada em 01/10/2008. Determinada a notificação da parte ré em 05/11/2008 e 15/07/2009. Homologada extinção do processo em relação ao um dos réus em 09/07/2010. Nova notificação determinada em 13/04/2011 e 17/08/2011. Recebida a inicial e determinada a citação em 28/03/2012. Homologada extinção do processo em relação a outro dos réus em 19/04/2013. Determinada nova citação em 04/09/2014, 26/10/2015 e 29/03/2016. Decretado o segredo de justiça em 20/07/2016. Determinada nova citação, bem como a manifestação do MPF sobre a decisão proferida nos autos do RE nº 852.475 RG/SP, em 20/10/2016. Aguardando geração de boletim desde 17/11/2016.

00244344520044025101 – Vide Meta 02.

Classe 6999:

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 00

Foi analisado, eletronicamente:

0004261-05.2001.4.02.5101 – Ação civil pública autuado em 20/03/2001. Decisão em 29/03/2001, deferindo o pedido liminar e determinando a citação. Sentença convertida em diligência em 17/06/2002, 04/11/2004 e 12/08/2008. Sentença em 26/11/2008, julgando procedente o pedido. Embargos de declaração julgados em 02/07/2009. Determinado, em 04/02/2014, aguardar-se o julgamento do recurso de interposto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/11/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 22/11/2016.**

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Classe 5010:

Total: 03

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 01

Dos quais foram analisados, por amostragem, eletronicamente, os seguintes processos:

0079508-07.1992.4.02.5101 – Ação de desapropriação autuada em 21/10/1958. Determinada a citação da União nos termos do art. 730 do CPC, em 19/12/2001. Deferida a requisição da parte incontroversa e determinada a remessa dos autos ao contador, em 21/06/2004. Determinada a suspensão do feito até transito em julgado dos embargos a execução, em 17/05/2005. Determinada a remessa ao contador em 17/07/2006 e 01/10/2007. Determinada a expedição de ofícios requisitórios de pagamento em 24/03/2009. Determinado aguardar-se o depósito das demais parcelas em 08/08/2011. Determinada a suspensão do feito em 25/06/2012, até habilitação dos espólios dos réus. Determinada nova suspensão do feito pelo prazo de 01 ano, em 17/03/2016. **Não foi cadastrada a data final de suspensão no Sistema Apolo.**

0216284-38.1900.4.02.5101 - Ação de desapropriação autuada em 05/10/1989. Sentença em 23/11/1995. Ciência às partes do retorno dos autos em 20/02/2008. Determinada a citação nos termos do art. 730 do CPC, em 03/06/2008. Determinada a expedição dos ofícios requisitórios em 15/07/2009. Determinado aguardar o julgamento do agravo em 05/02/2010. Vista às partes do julgamento do agravo em 01/06/2016. **Concluso desde 27/10/2016, com minuta no Apolo.**

0216273-09.1900.4.02.5101 – Ação de desapropriação autuada em 12/02/1979. Autos remetidos para o TRF para processar e julgar recurso em 26/09/2002. Determinada a expedição de alvará de levantamento em 28/02/2003. Remessa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

dos autos ao contador em 05/05/2004 e 18/03/2005. Determinada a expedição de requisitórios de pagamento em 01/12/2006. Determinado em 23/09/2008 o depósito em conta judicial dos valores depositados até ulterior deliberação do pedido de habilitação. Homologado o pedido de habilitação em 07/07/2009. Determinado o sobrestamento do feito até julgamento do agravo interposto, em 16/11/2009. Determinada a remessa dos autos ao contador em 31/03/2014. Determinada expedição de requisitórios de pagamento complementar em 23/10/2014. Sentença julgando extinta a execução, em 10/06/2015. Determinado aguardar o julgamento do recurso, em 10/03/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/11/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 22/11/2016.**

. DEMAIS PROCESSOS

Classe 26001 – COMUNICAÇÃO DE PRISÃO:

Total: 00

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 00

Entrada em plantão:

0500293-79.2016.4.02.5101 – Recebido em 08/10/2016 pela 28ª VF/RJ. Decisão em 08/10/2016, mantendo a prisão, deixando de designar audiência de custódia e determinando a remessa dos autos para a 29ª VF/RJ. Nova decisão em plantão, em 09/10/2016, aduzindo não ser caso de relaxamento de prisão ou liberdade provisória, e designando audiência de custódia para dia 10/10/2016, na 2ª VF de Petrópolis. Remetidos em 09/10/2016 ao Setor de Distribuição – Petrópolis, para distribuir o processo autuado no Plantão.

0500294-64.2016.4.02.5101 - Recebido em 08/10/2016 pela 28ª VF/RJ. Decisão em 08/10/2016 mantendo a prisão, deixando de designar audiência de custódia e determinando a remessa dos autos para a 04ª VF/RJ. Remetido para a 29ª VF/RJ, em 09/10/2016. Nova decisão em plantão, em 09/10/2016, aduzindo não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ser caso de relaxamento de prisão ou liberdade provisória, e designando audiência de custódia para dia 10/10/2016, na 4ª Vara Federal Criminal/RJ. Remetidos em 09/10/2016 ao Setor de Distribuição Criminal, para distribuir o processo autuado no Plantão.

Classe 26007 – PEDIDO PRISÃO/LIBERDADE:

Total: 00

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 00

Entrada em plantão:

0500295-49.2016.4.02.5101 - Recebido em 08/10/2016 pela 28ª VF/RJ. Decisão em 08/10/2016 mantendo a custódia do estrangeiro e determinando a remessa dos autos para a 29ª VF/RJ. Remetido para a 29ª VF/RJ, em 09/10/2016. Nova decisão em plantão, em 09/10/2016, designando audiência de custódia para dia 10/10/2016, na 4ª Vara Federal Criminal/RJ. Remetidos em 09/10/2016 à Seção de Distribuição Criminal, para distribuir o processo autuado no Plantão.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/11/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 28/11/2016.**

➔ AUDIÊNCIAS (DE 01/11/2015 A 31/10/2016)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 44 audiências designadas, sendo a primeira de 18/11/2015 e a última de 26/10/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)**

. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

INICIAIS: Existem 4 documentos neste local virtual, sendo o mais antigo de 10/11/2016.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“As petições iniciais são retiradas diariamente do Balcão de Entrada pelo Supervisor de Processamentos Diversos (Almir) ou pela servidora Maria Beatriz que certificam e anotam o valor das custas judiciais no sistema Apolo, sendo separados para abertura de conclusão imediata os autos dos mandados de segurança, ações civis públicas, populares e ordinárias com requerimento de antecipação de tutela ou liminar, que são examinados pelo Magistrado com total prioridade e, ainda, as cartas rogatórias, precatórias e de ordem. As demais são encaminhadas para a Mesa Eletrônica – Iniciais.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais virtuais, **posição em 22/11/2016 às 17h20min**, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 14 documentos, sendo o mais antigo de 17/11/2016, sob o nº 0164583-71.2016.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais virtuais, **posição em 22/11/2016 às 15h03min**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO
(Artigos 305 a 317 da CNCR)**

Não foram identificados locais virtuais para prevenção.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Na hipótese de distribuição por prevenção o servidor Amir faz a anotação das custas judiciais e lavra a certidão relativa a causa de pedir/pedido, lançando no sistema para análise do Magistrado.”

Por sua vez, o Relatório de Inspeção Anual da 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ, não forneceu informação sobre o sistema adotado para verificação de prevenção.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, e Relatório de Inspeção Anual, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08658, de 02/06/2015, realizada no período de 11/05/2015 a 15/05/2015.

**. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR)**

Posição em	14/11/2016
Conclusão até	13/11/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	227	30,84
Decisão	9	1,22
Sentença	500	67,93
Total Geral	736	100,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00149312420094025101: AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS, autuada em 01/07/2009, distribuída na mesma data. Em 02/07/2009, determinação de expedição de ofício para o juiz da 12ª Vara Cível do Rio de Janeiro para determinar transferência de valores depositados no Banco do Brasil para a conta da CEF/PAB/JF/RJ. Em 10/06/2015, remessa dos autos para a Contadoria atualizar cálculos. **Em 09/05/2016, decisão reputando como corretos os cálculos, determinando conversão em renda e expedição de alvará de levantamento. Último andamento em 28/06/2016, localização interna. Processo concluso há 189 dias.**

00006857719964025101: AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS, autuada em 12/01/1996, redistribuída para a 28ª V.F., em 06/02/1996. Em 19/08/1996, sentença convertida em diligência. Em 21/10/1999, determinada citação na forma do artigo 730 do CPC. **Em 09/06/2016, despacho concedendo vista à parte autora para informar se houve alguma compensação homologada administrativamente com o INSS ou se há causa de interrupção de prescrição. Último movimento em 22/11/2016, localização interna. Processo concluso há 158 dias.**

00280282820084025101: AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS, autuada em 01/07/2008, distribuída na mesma data. Em 04/07/2008, indeferido pedido de antecipação de tutela e determinada citação. Em 17/03/2010, convertido o julgamento em diligência (necessidade de prova pericial oftalmológica). Em 15/07/2014, suspensão do processo de acordo com o inciso I do art. 265 do CPC. Em 19/02/2016, homologada habilitações (substituição processual de uma das partes). **Último movimento em 23/06/2016, conclusão para decisão. Processo concluso há 144 dias.**

01594147420144025101: AÇÃO ORDINÁRIA/IMÓVEIS, autuada em 07/11/2014, distribuída na mesma data. Em 14/11/2014, determinação de recolher custas judiciais no prazo de 10 dias. Em 18/12/2014, indeferido pedido de antecipação de tutela. Em 02/02/2016, ordem de intimação para a CEF apresentar cópia de procedimento de liquidação extrajudicial do bem objeto da lide. **Último movimento em 01/07/2016, conclusão para decisão. Processo concluso há 136 dias.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00186097620114025101: AÇÃO ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA, autuada em 30/11/2011, redistribuída em 06/12/2011. Em 07/12/2011, indeferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela e ordem de citação. Em 09/10/2012, concedido prazo para as partes especificarem as provas que pretendem produzir. **Último movimento em 14/01/2013, conclusão para sentença. Processo concluso há 1.400 dias.**

00090855520114025101: AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS, autuada em 04/07/2011, redistribuída em 07/07/2011. Em 19/07/2011, indeferido pedido de antecipação dos efeitos da tutela e determinação de citação da União. Em 29/07/2011, reconsideração da decisão proferida anteriormente, deferindo pedido de antecipação dos efeitos da tutela para suspender a exigibilidade de crédito tributário, determinando nova citação da União. **Conclusão para sentença em 04/02/2013. Último movimento em 29/08/2014, juntada de petição ou documento. Processo concluso há 1.379 dias.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraída em 14/11/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 25/11/2016.

. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Parados - Apolo (Outras Classes):

Posição em	14/11/2016
Último Movimento até	13/11/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	177	71,95
Mais de 60	69	28,05
Total Geral	246	100,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00240925820094025101 – EMBARGOS À EXECUÇÃO, autuada em 14/10/2009, distribuída na mesma data. Em 29/08/2011, recebimento dos embargos à execução. Em 10/09/2013, ordem de redistribuição dos autos dos embargos, em decorrência de decisão prolatada nos autos da execução. Em 10/09/2013, conclusão para despacho. **Processo sem movimentação há 1.085 dias. Último movimento em 25/11/2013, juntada de documento ou petição.**

00779979519974025101 – AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS, autuada em 19/09/1997, distribuída em 22/09/1997. Em 19/03/1999, recebida a apelação dos autores no duplo efeito. Em 12/05/1999, recebida a apelação da união. Em 03/09/2009, ordem de citação com fulcro no art. 730 do CPC. **Em 08/05/2014, concedida vista dos autos ao autor pelo prazo de 5 dias. Último movimento em 10/02/2015, juntada de documento ou petição. Processo sem movimentação há 643 dias.**

01048565119974025101 – AÇÃO ORDINÁRIA/IMÓVEIS, autuada em 25/11/1997, redistribuída em 22/03/2013 para a 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em 08/05/2001, julgado o pedido parcialmente procedente, decretando a anulação de execução extrajudicial sobre o imóvel objeto da lide. Em 18/05/2004, recebido o recurso de apelação dos autores. Em 04/10/2012, ordem de expedição de mandado de penhora. **Em 29/09/2014, determinação de expedição de alvará de levantamento de honorários advocatícios. Último movimento em 20/04/2015, juntada de petição ou documento e localização interna. Processo sem movimentação há 574 dias.**

00233755620034025101 – AÇÃO ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA, autuada em 15/10/2003, distribuída na mesma data. Em 05/11/2013, deferido pedido de antecipação dos efeitos da tutela, autorizando a efetivação de depósito de tributo, ordenando citação e intimação da União. Em 03/05/2005, julgado o pedido parcialmente procedente para declarar a não incidência de imposto de renda sobre resgate de contribuições para fundo de previdência privada. Em 13/01/2006, recebido o recurso de apelação da União. Em 25/03/2015, ordem de citação da União, de acordo com o art. 730 do CPC. Último movimento em 17/11/2016, determinada a suspensão do feito em decorrência de interposição de embargos à execução.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00166911320064025101 – EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL, autuada em 30/08/2006, distribuída na mesma data. Em 25/09/2006, determinada citação com base no art. 652 do CPC. Em 02/10/2014, rejeitada exceção de pré-executividade e indeferido pedido de gratuidade de justiça. **Em 29/01/2015, determinação para expedir carta precatória. Último movimento em 13/08/2015, juntada de petição ou documento. Processo sem movimentação há 459 dias.**

00138968720134025101 – EMBARGOS À EXECUÇÃO, autuados em 14/05/2013, distribuído na mesma data. Em 02/08/2013, determinada a remessa dos autos dos embargos à execução a SEDCP para transformação em processo físico, uma vez que os autos do processo principal foram distribuídos antes da criação do processo eletrônico. Em 24/09/2013, recebidos os embargos à execução e determinada intimação da CEF para impugnação com fulcro no art. 740 do CPC. **Em 10/04/2015, prazo de 5 dias para as partes especificarem as provas que desejam produzir. Último movimento em 16/09/2015, juntada de petição ou documento. Processo sem movimentação há 425 dias.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 14/11/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 28/11/2016.**

**. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em 14/11/2016, 16 documentos, sendo o **mais antigo de abril/2016**, referente ao processo n.º 05993884919004025101, petição n.º 2016.7152.013703-1. Além deste, existem os seguintes documentos antigos:

<u>Processo</u>	<u>Petição/documento</u>	<u>Data</u>
00156691319894025101	2016.0028.000189-0	março/2016
00712803720154025101	2016.0028.000752-9	outubro/2016
00209512219954025101	2016.7152.045281-6	outubro/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

O Relatório de Inspeção Anual, não apresentou informação relevante sobre a juntada de petições, apenas mencionou que a juntada de petições segue a ordem cronológica.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 14/11/2016, e Relatório de Inspeção Anual, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08658 de 02/06/2015, realizada no período de 11/05/2015 a 15/05/2015.

. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo:

PRAZO: Existem 259 documentos, sendo o **mais antigo de 20/07/2016**.

PRAZO PARA RECURSO: Existem 120 documentos, sendo o mais antigo de 10/10/2016.

AGUARDANDO RESPOSTA DE OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA: Existem 44 documentos, sendo o **mais antigo de 13/05/2016**.

AGUARDANDO JUNTADA DE MANDADOS: Existem 61 documentos, sendo o **mais antigo de 16/09/2016**.

AGUARDANDO PAGAMENTO RPV/PRECATÓRIO: Existem 2 documentos, sendo o **mais antigo de 29/04/2016**.

PUBLICAÇÃO: Existem 71 documentos, sendo o mais antigo de 26/10/2016.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, **posição em 22/11/2016, às 15h55min.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA/EDITAL: Existem 7 documentos, sendo o mais antigo de 27/10/2016.

EXPEDIÇÃO DE MANDADOS: Existem 66 documentos, sendo o mais antigo de 04/11/2016.

EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS: Existem 3 documentos, sendo o mais antigo de 04/11/2016.

EXPEDIÇÃO DE REQUISITÓRIOS: Existem 4 documentos, sendo o mais antigo de 24/10/2016.

EXPEDIR ALVARÁ: Não havia documentos neste local virtual em 22/11/2016, às 17h20min.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 22/11/2016, às 17h20min.**

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Arts. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	14/11/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	1
Sistema	0
Documento	24
Total Geral	25



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

Matéria Cível (Físicos e Eletrônicos):

01320258020154025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo absoluto), bem como a ordem judicial respectiva (em 29/06/2016, fl. 275), processo eletrônico.

00194917720074025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 29/09/2016), processo físico sem decisão digitalizada.

00208846620094025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 22/04/2010), processo físico sem decisão digitalizada.

00463817720124025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 26/07/2016, fl. 124), processo eletrônico.

00381468220164025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 01/06/2016, fl. 215), processo eletrônico.

00093884020094025101: Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 17/11/2009), processo físico sem peças digitalizadas.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraída em 14/11/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 24/11/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2015 a 10/2016
	Processos	6.899
	Boletins	169
	Média (Proc. / Bol.)	40,82
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,27

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 14/11/2016.

. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **207 processos** com prazos de devolução vencidos **há mais de 30 dias**, alguns processos encontram-se indicados na tabela abaixo:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0023371-73.1990.4.02.5101	AUTOR	27/06/1991	29/07/1991	9240
0016847-94.1989.4.02.5101	AUTOR	19/07/1991	31/07/1991	9238
0008366-16.1987.4.02.5101	AUTOR	14/08/1991	19/08/1991	9219
0006803-79.1990.4.02.5101	AUTOR	12/09/1991	17/09/1991	9190
0045386-94.1994.4.02.5101	MPF	28/03/1996	27/05/1996	7476
0045189-12.2012.4.02.5101	MPF	15/07/2013	22/07/2013	1211
0003415-70.2010.4.02.5101	JE	25/05/2010	26/05/2010	2364
0019832-36.1989.4.02.5101	AGU	22/12/1995	23/01/1996	7601
0000743-90.1990.4.02.5101	INSS	18/06/1996	03/07/1996	7439
0506899-60.2015.4.02.5101	ECT	24/08/2016	02/09/2016	73
0080415-73.2015.4.02.5101	ECT	24/08/2016	12/09/2016	63

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 14/11/2016, vencidos e não devolvidos até 14/11/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 24/11/2016**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 826

- a. Convertidas em diligência: 40
- b. Embargos de declaração: 55
- c. Resolução de mérito: 500
 - i. Conciliação/transação: 28
 - ii. Extinção da execução: 107
 - iii. Improcedente: 125
 - iv. Procedente: 68
 - v. Procedente em parte: 63
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 09
 - vii. Procedente com tutela deferida: 01
 - viii. Concedida a segurança: 26
 - ix. Concedida em parte a segurança: 06
 - x. Concedido habeas data: 01
 - xi. Denegada a segurança: 59
 - xii. Homologada a renúncia do autor: 03
 - xiii. Reconhecimento do pedido pelo réu: 01
 - xiv. Absolutória: 01
 - xv. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 02
- d. Sem resolução de mérito: 219
 - i. Sem resolução de mérito: 165
 - ii. Desistência da ação: 41
 - iii. Ausência de condições da ação: 02
 - iv. Ausência de pressupostos processuais: 01
 - v. Perempção, litispendência ou coisa julgada: 01
 - vi. Indeferida a petição inicial: 09
- e. **Vazias: 12**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0048473-28.2012.4.02.5101
0011770-30.2014.4.02.5101
0112711-17.2016.4.02.5101
0003513-50.2013.4.02.5101
0044226-96.2015.4.02.5101

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0006273-79.2014.4.02.5151
0159050-68.2015.4.02.5101
0117145-49.2016.4.02.5101
0131298-92.2013.4.02.5101

2.1 Sem classificação no corpo da sentença:

0041378-44.2012.4.02.5101

3. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0160374-93.2015.4.02.5101

0060105-17.2013.4.02.5101

0005916-55.2014.4.02.5101 (classificação no apolo B-1 e na peça C)

0156181-35.2015.4.02.5101

0155695-50.2015.4.02.5101

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0066014-69.2015.4.02.5101

0046452-40.2016.4.02.5101

0030159-97.2013.4.02.5101

0151308-26.2014.4.02.5101

0018833-24.2012.4.02.5151

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 25/11/2016.

➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“Todos os processos incluídos nas Metas do CNJ, bem como aqueles com prioridade legal, tais como, Idosos, Ações Coletivas e MS são julgados com total preferência, na medida em que se encontrem aptos para sentença.”

Conforme informação prestada no questionário de pré-correição, os demais processos são julgados em ordem cronológica de conclusão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição:

“Não obstante a ausência de Juiz Federal Substituto (para fins meramente organizacionais), os processos são separados em pares e ímpares nos escaninhos e mesas eletrônicas, bem como pelas preferências legais, sendo o método de controle o indicado nos itens supracitados.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

➔ EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	267	267
		Natureza Executória	56	56
	Registro Sentença Antiga	Não Informada	01	01
	Total			324

Recomendação: Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados (268) e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 14.11.2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/11/2015 a 31/10/2016):
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 222
- b. Eletrônicos: 33
- c. Total de requisições: 255
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.654 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 175
- . Enviados: 102

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 80
- . Enviados: 54

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 14/11/2016.

➔ GRANDES DÉBITOS
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

NÃO SE APLICA

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, há atualmente cadastrado no sistema Bacenjud, por número de protocolizações: 87 bloqueios e 45 requisições de informação.

No sistema RENAJUD foram cadastradas 30 restrições. Os números dos processos não foram informados.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

➔ **LEILÕES**
(Arts. 270 A 290 da CNCR)

INEXISTE.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, existem no momento, 111(cento e onze) registros de bens penhorados:

Total de bens penhorados: 111



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

Processo: 0000341-62.1997.4.02.5101

Executado: KARAI CONSTRUTORA LTDA

Data da Penhora: 20/03/2013 15:37

Tipo do Bem: Apartamento

Valor do Bem: campo não preenchido

Quantidade: campo não preenchido

Local: Av. Geramário Dantas 580 -Tanque- Jacarepaguá

Exequente: KARAI CONSTRUTORA LTDA

Valor do Débito: R\$ 11.249,94

Vara: 28VF

Mandado: MAN.0028.000192-8/2013

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 0,00

Em 14/09/2012, determinação para expedir mandado de penhora sobre imóvel. Em 18/02/2014, sentença tipo C julgando extinto o processo sem resolução do mérito, com determinação de levantamento da penhora, após o trânsito em julgado. Em 26/03/2014, expedido ofício para levantamento da penhora. Último andamento em 28/04/2014, baixa por desistência e remessa interna para arquivar.

Processo: 0002158-20.2004.4.02.5101

Executado: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data da Penhora: 07/08/2013 15:57

Tipo do Bem: Bem Semovente

Valor do Bem: campo não preenchido

Quantidade: campo não preenchido

Local: CEF

Exequente: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor do Débito: R\$ 38.153,77

Vara: 28VF

Mandado: MAN.0028.000625-0/2013

Quantidade de Bens diferentes: 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Valor Total dos Bens: R\$ 0,00

Em 07/03/2013, determinação para expedir mandado de penhora. Em 22/11/2013, determinada expedição de alvarás de levantamento. Último andamento em 31/01/2014, baixa e remessa interna para arquivar.

Processo: 0002240-07.2011.4.02.5101

Executado: REINALDO ALVES DA COSTA

Data da Penhora: 27/08/2014 16:29

Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: R\$ 15.000,00

Quantidade: campo não preenchido

Local: campo não preenchido

Exequente: REINALDO ALVES DA COSTA

Valor do Débito: R\$ 6.526,71

Vara: 28VF

Mandado: MAN.0028.000760-4/2013

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 15.000,00

Em 16/05/2013, ordem de expedição de mandado de penhora e avaliação. Ordem de expedição de novo mandado de penhora, em 21/06/2013. Em 08/11/2013, despacho solicitando à exequente informar a qualificação completa do fiel depositário. Em 20/06/2014, determinação de intimação do executado para ciência da penhora e ordem de expedição de mandado de depósito e remoção. Em 09/11/2015, determinada vista ao leiloeiro para prosseguir no leilão público. Em 06/09/2016, designado os dias para a realização do primeiro e do segundo leilão. Último despacho em 22/11/2016, ordem de intimação do leiloeiro para fornecer novas datas para realização do leilão.

Processo: 0004844-43.2008.4.02.5101

Executado: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data da Penhora: 11/04/2012 17:24



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tipo do Bem: campo não preenchido

Valor do Bem: campo não preenchido

Exequente: CONDOMINIO ESTILO III

Valor do Débito: R\$ 19.561,76

Vara: 28VF

Mandado: MAN.0028.000287-1/2012

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 0,00

Em 07/11/2011, ordem para expedir mandado de penhora. Em 05/02/2013, determinação de expedição de alvarás de levantamento. Despacho em 29/07/2013, determinando o arquivamento dos autos e baixa na distribuição. Último movimento em 30/07/2013, remessa interna para arquivar.

Processo: 0007627-95.2014.4.02.5101

Executado: ILSO ESCOSSIA DA VEIGA - ESPOLIO

Data da Penhora: 09/04/2015 12:44

Tipo do Bem: campo não preenchido

Valor do Bem: campo não preenchido

Exequente: ILSO ESCOSSIA DA VEIGA - ESPOLIO

Valor do Débito: R\$ 450.000,00

Executado: ILSO ESCOSSIA DA VEIGA - ESPOLIO

Data da Penhora: 09/04/2015 13:16

Tipo do Bem: Terreno

Valor do Bem: R\$ 300.000,00

Exequente: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Valor do Débito: R\$ 300.000,00

Vara: 28VF

Mandado: MAN.0028.000168-0/2015

Quantidade de Bens diferentes: 2

Valor Total dos Bens: R\$ 300.000,00

Em 22/09/2014, ordem para expedir mandado de penhora e avaliação. Em 29/01/2015, determinação de novos mandados. Despacho em 04/11/2015,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

determinando a suspensão do feito até o julgamento da exceção de suspeição nº 2015.51.01.506502-0. Último movimento em 02/08/2016, localização interna.

Processo: 0007621-88.2014.4.02.5101

Executado: ILSON ESCOSSIA DA VEIGA - ESPOLIO

Data da Penhora: 07/11/2014 12:53

Tipo do Bem: Apartamento

Valor do Bem: R\$ 5.800.000.000,00

Quantidade: 1

Local: campo não preenchido

Exequente: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Valor do Débito: R\$ 3.416.857.256,78

Vara: 28VF

Mandado: MAN.0028.000978-8/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 5.800.000.000,00

Em 22/09/2014, determinação para expedir mandados de penhora e avaliação. Em 11/12/2014, ordem de expedição de novo mandado de avaliação para mais informações sobre o imóvel penhorado. Em 03/06/2015, nomeação de leiloeiro público para a realização de hasta pública. Em 11/12/2015, suspensão do feito até o julgamento da exceção de suspeição nº 2015.51.01.506502-0. Último movimento em 07/11/2016, localização interna.

OBS.: Constatou-se, da listagem fornecida pelo Sistema Apolo, que o cadastramento de bens constritos não contém, em sua maioria, a informação do tipo de bem penhorado, valor do bem, nem tampouco do local onde este se encontra. Além disso, em vários cadastramentos o nome do exequente é idêntico ao do executado.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 14/11/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, **posição até 28/11/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

Total de acautelamentos/apreensões: 59 registros.

Não foram analisados os processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Verificou-se que os bens acautelados/apreendidos nos processos que tramitam na 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ são guardados em cofre, localizado na Secretaria do juízo.

Consoante informação prestada no questionário pré-correição:

“Todos os bens acautelados são registrados no sistema Apolo e no livro de acautelamentos da Vara, recebendo uma etiqueta com o número de identificação.”

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, consultas ao Apolo, posição até 28/11/2016.
--

➔ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Todos os livros e pastas obrigatórios encontram-se em conformidade com o artigo 148 da Consolidação de Normas da Corregedoria, estando todos com os termos de abertura e de encerramento lavrados, bem como com as suas folhas devidamente numeradas e rubricadas, a saber: Livro de Ponto dos servidores, Livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do Juízo, Pasta de remessa de autos aos setores administrativos de apoio, Livro de entrega de autos às partes sem traslado, Pasta de entrega de autos ao MPF, Livro de reclamações e Pasta de atos do plantão.”

Por sua vez, nos termos do relatório de inspeção anual:

“No que alude aos procedimentos administrativos, foram inspecionados todos os livros e pastas obrigatórias, estando todos com os Termos de abertura e de encerramento lavrados, bem como todas as suas folhas devidamente numeradas e rubricadas, estando os mesmos de acordo com a Consolidação de Normas da Corregedoria da Justiça Federal da 2ª Região.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5 e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08658).

→ ESPAÇO FÍSICO

Nada foi relatado sobre o espaço físico e instalações do juízo correicionado no Questionário pré-correição e no Relatório de Inspeção Anual.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08658).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

6.1.1 Três meses: Acompanhar semanalmente o andamento dos processos incluídos na Meta 2 ainda não aptos para sentença.

Julgar os 2 (dois) processos residuais conclusos para sentença da Meta 2 – critério até 2009. (sentenças iminentes após o retorno das férias do Titular)

6.1.2 Seis meses: Reduzir o acervo da Vara em, pelo menos, 5% (cinco por cento).

Acompanhar semanalmente o andamento dos processos incluídos na Meta 2 ainda não aptos para sentença.

Julgar os 77 (setenta e sete) processos residuais conclusos para sentença da Meta 2 – critérios 2010 e 2011 (remanescentes do acervo do Juiz Substituto).

6.1.3 Um ano: Acompanhar semanalmente o andamentos dos processos incluídos na Meta 2 ainda não aptos para sentença.

Reduzir o acervo da Vara em, pelo menos, 10% (dez por cento).

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.
--

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Carlos Alberto de Araujo Rocha, Mat. n.º 11.308
Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777